

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juízes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 11 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 09 de março de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris
CNPJ/MF nº 03.750.034/0001-91

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	142.615	106.658	CIRCULANTE	43.551	34.874
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	22	32	DEPÓSITOS (NOTA 11)	39.283	30.996
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 05)	11.048	-	Depósitos à Vista	3.096	2.434
Carteira Própria	11.048	-	Depósitos a Prazo	36.187	28.562
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 04)	119.154	94.285	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	98	101
Centralização Financeira - Cooperativas	119.154	94.285	Recursos em Trânsito de Terceiros	98	101
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	9.886	9.909	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	850	1.045
Operações de Crédito	10.028	9.992	Empréstimos País - Outras Instituições	850	1.045
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(142)	(83)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.320	2.732
OUTROS CRÉDITOS	2.504	2.431	Cobrança e Arrecadação de Tributos	1	2
Rendas a Receber	89	122	Sociais e Estatutárias	616	322
Diversos (NOTA 07)	2.429	2.323	Fiscais e Previdenciárias	238	62
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(14)	(14)	Diversas (NOTA 13)	2.465	2.346
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1	1			
Despesas Antecipadas	1	1			
NÃO CIRCULANTE	22.993	23.688	NÃO CIRCULANTE	107.681	82.341
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.366	21.051	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	107.681	82.341
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	20.366	21.048	DEPÓSITOS (NOTA 11)	107.681	82.341
Operações de Crédito	20.510	21.166	Depósitos a Prazo	107.681	82.341
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(144)	(118)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	-	3			
Diversos	-	3			
PERMANENTE	2.627	2.637	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.376	13.131
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	2.263	2.263	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	7.455	7.146
Outros Investimentos	2.263	2.263	De Domiciliados no País	7.478	7.156
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	211	237	(Capital a Realizar)	(23)	(10)
Outras Imobilizações de Uso	568	565	RESERVAS DE SOBRAS	5.445	4.753
(Depreciação acumulada)	(357)	(328)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.476	1.232
INTANGÍVEL (NOTA 10)	153	137			
Outros Ativos Intangíveis	283	242			
(Amortização acumulada)	(130)	(105)			
TOTAL DO ATIVO	165.608	130.346	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	165.608	130.346

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris
CNPJ/MF nº 03.750.034/0001-91

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.199	-	4.199	7.874	-	7.874	6.179	-	6.179
Operações de Crédito	3.475	-	3.475	6.826	-	6.826	6.179	-	6.179
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	724	-	724	1.048	-	1.048	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.767)	(6)	(8.773)	(16.369)	(11)	(16.380)	(12.089)	(12)	(12.101)
Operações de Captação no Mercado	(8.611)	(3)	(8.614)	(16.139)	(6)	(16.145)	(12.033)	(6)	(12.039)
Operações de Empréstimos e Repasses	(75)	(3)	(78)	(145)	(5)	(150)	(124)	(6)	(130)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(81)	-	(81)	(85)	-	(85)	68	-	68
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.568)	(6)	(4.574)	(8.495)	(11)	(8.506)	(5.910)	(12)	(5.922)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	5.572	314	5.886	10.545	608	11.153	7.859	471	8.330
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	11	360	371	21	693	714	16	525	541
Rendas de Tarifas Bancárias	10	-	10	17	-	17	18	-	18
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(619)	(23)	(642)	(1.142)	(38)	(1.180)	(1.007)	(44)	(1.051)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(399)	(39)	(438)	(766)	(58)	(824)	(672)	(180)	(852)
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	(18)	(18)	-	(35)	(35)	(2)	(26)	(28)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	7.023	45	7.068	13.270	70	13.340	10.312	221	10.533
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(454)	(11)	(465)	(855)	(24)	(879)	(806)	(25)	(831)
RESULTADO OPERACIONAL	1.004	308	1.312	2.050	597	2.647	1.949	459	2.408
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	1	-	1	4	-	4
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.004	308	1.312	2.051	597	2.648	1.953	459	2.412
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(105)	(105)	-	(189)	(189)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	(56)	(56)	-	(101)	(101)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	(49)	(49)	-	(88)	(88)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.004	203	1.207	2.051	408	2.459	1.953	459	2.412
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	231	(231)	-	459	(459)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.004	203	1.207	2.282	177	2.459	2.412	-	2.412
DESTINAÇÕES	-	-	-	(806)	(177)	(983)	(1.180)	-	(1.180)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(508)	-	(508)
Fates - Estatutário	-	-	-	(114)	-	(114)	(95)	-	(95)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(177)	(177)	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(681)	-	(681)	(569)	-	(569)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(11)	-	(11)	(8)	-	(8)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.476	-	1.476	1.232	-	1.232

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris
CNPJ/MF nº 03.750.034/0001-91

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	6.409	4.176	976	11.561
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	297	-	(976)	(679)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	236	-	-	236
Baixas de capital	(49)	-	-	(49)
Resultado do período	-	-	2.412	2.412
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(95)	(95)
Reserva Legal - Estatutária	-	569	(569)	-
Juros sobre o Capital Próprio	253	-	(508)	(255)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	8	(8)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	7.146	4.753	1.232	13.131
Mutações do Período	737	577	256	1.570
Saldos no início do período em 01/01/2016	7.146	4.753	1.232	13.131
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(1.221)	(1.221)
Outras destinações	-	-	(11)	(11)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	504	-	-	504
Baixas de capital	(195)	-	-	(195)
Resultado do período	-	-	2.459	2.459
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(114)	(114)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(177)	(177)
Reserva Legal - Estatutária	-	681	(681)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	11	(11)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	7.455	5.445	1.476	14.376
Mutações do Período	309	692	244	1.245
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	7.428	4.753	1.252	13.433
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	64	-	-	64
Baixas de capital	(37)	-	-	(37)
Resultado do período	-	-	1.207	1.207
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(114)	(114)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(177)	(177)
Reserva Legal - Estatutária	-	681	(681)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	11	(11)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	7.455	5.445	1.476	14.376
Mutações do Período	27	692	224	943

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris
CNPJ/MF nº 03.750.034/0001-91

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	988	2.344	2.263
Resultado do semestre/exercício	1.207	2.459	2.412
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(219)	(115)	(149)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	80	85	(60)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	2	-	(8)
Depreciação do imobilizado de uso	22	34	34
Amortização do intangível	13	25	22
Baixas do ativo permanente	-	1	-
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	-	-	1
Destinações ao FATES	(290)	(291)	(95)
Dividendos SicrediPar	(46)	31	(43)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	21.593	23.488	17.574
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(724)	(11.048)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	73	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	2.084	620	(3.118)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(128)	-	-
(Aumento) Redução em outros créditos	(170)	(101)	(216)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	19	-	269
Aumento (Redução) em depósitos	19.983	33.627	20.201
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	71	(3)	14
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(267)	(195)	102
Absorção de dispêndios pelo FATES	(72)	(96)	(79)
(Redução) Aumento em outras obrigações	724	684	401
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	22.581	25.832	19.837
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2)	(9)	(10)
Aplicações no Intangível	(8)	(41)	(55)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(10)	(50)	(65)
Integralização de capital	64	504	236
Baixa de capital	(37)	(195)	(49)
Juros ao capital próprio	-	-	(255)
Distribuição de Sobras	-	(1.232)	(679)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	27	(923)	(747)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	22.598	24.859	19.025
Caixa e equivalente de caixa no início do período	96.578	94.317	75.292
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	119.176	119.176	94.317

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/12/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	106.661	(3)	106.658
OUTROS CRÉDITOS	2.434	(3)	2.431
Diversos	2.326	(3)	2.323
Ativo Não circulante	23.685	3	23.688
OUTROS CRÉDITOS	-	3	3
Diversos	-	3	3

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	22	32
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	119.154	94.285
Total	119.176	94.317

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	11.048	-
Total circulante	11.048	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	10.028	20.510	30.538	31.158
Carteira total	10.028	20.510	30.538	31.158

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	2.278	-	2.278	2.177
Total	2.278	-	2.278	2.177

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	31.684	32.561	158	163
Nível B	1,00	46	532	1	5
Nível C	3,00	392	23	12	1
Nível D	10,00	552	117	55	11
Nível E	30,00	38	76	11	22
Nível F	50,00	83	26	42	13
Nível H	100,00	21	-	21	-
Total (i)		32.816	33.335	300	215

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	163	4.758	7.372	20.510	32.803	33.324
Outros Serviços	-	12	1	-	13	11
Total	163	4.770	7.373	20.510	32.816	33.335

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	5.348	16,30	5.379	16,14
50 devedores seguintes	13.070	39,83	13.013	39,04
100 devedores seguintes	9.810	29,89	10.250	30,75
Demais	4.588	13,98	4.693	14,08
Total	32.816	100	33.335	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	215	283
Constituição de provisão	85	(68)
Saldo final	300	215

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 11 (2015 - R\$ 8), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	71	56
Impostos e contribuições a compensar	11	24
Títulos e créditos a receber	2.278	2.177
Operações com cartões	31	42
Pendências a regularizar	4	9
Outros	34	15
Total Circulante	2.429	2.323
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	3
Total realizável a longo prazo	-	3

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Despesas antecipadas	1	1
Total Circulante	1	1

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.262	1.262
Sicredi Participações S.A.	1.000	1.000
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	2.263	2.263

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	324.444 ON	324.444 ON	1	1	1.261.518	1.261.518
	675.987 PN	675.987 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,12%	0,12%	0,63%	0,72%	0,36%	0,37%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	1.000	1.000	1	1	1.262	1.262

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	568	(357)	211	237
Instalações	10%	277	(130)	147	166
Móveis e equipamentos de uso	10%	131	(91)	40	48
Sistema de comunicação	10%	14	(9)	5	6
Sistema de processamento de dados	20%	113	(97)	16	13
Sistema de segurança	10%	33	(30)	3	4
Intangível (i)	5% a 15%	283	(130)	153	137
Investimentos Confederação		283	(130)	153	137
Total		851	(487)	364	374

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	3.096	-	-	3.096	2.434
Depósitos a prazo	23.071	13.116	107.681	143.868	110.903
Total	26.167	13.116	107.681	146.964	113.337

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	850	1.045
Cooperativa Central Sicredi Sul	850	1.045
Total circulante	850	1.045

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar	463	451
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	1	1
Provisão para coobrigações (i)	1	-
Pendências a regularizar	3	-
Operações com cartões	1.939	1.856
Demais fornecedores	14	12
Cretores diversos	44	26
Total circulante	2.465	2.346

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Cível	1	-	-	1
Total	1	-	-	1

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Cível	Provável	1	1
Total		1	1

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	7.455	7.146
Total de associados	1.119	1.087

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 309 (2015 – R\$ 737), sendo R\$ 0 (2015 – R\$ 550) via integralização de resultados e R\$ 504 (2015 – R\$ 236), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 195 (2015 – R\$ 49).

b) Destinações

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Juizes do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 30% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	2.648	2.412
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.112)	(1.013)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	4	-
Provisão resgate milhas cartão	(4)	57
Receita com atos cooperativos	861	781
Juros sobre o capital próprio	-	203
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	50
Outros	62	(78)
Subtotal	923	1.013
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(189)	-

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 05)	11.048	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	119.154	94.285
Outros Créditos - Rendas a receber	32	36
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	80	71
Investimentos (Nota 09)	2.263	2.263
Intangível (Nota 10)	153	137
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	850	1.045
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	1.890	1.847
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.048	-
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	126	2
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	13.067	10.111
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	151	129
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	53	43
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	609	622

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	293	9,46%	167
Depósitos a prazo	6.045	4,20%	5.233
Operações de crédito	395	1,29%	508

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	59	54

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 824 (2015 - R\$ 852), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	210	234
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	12.874	9.892
Reversão de provisões operacionais	99	70
Outras rendas operacionais	157	337
Total	13.340	10.533

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	25	-
Contribuição O.C.E.	18	14
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	19	41
Contribuição Confederação Sicredi	173	263
Cooperativa Central Sicredi Sul	127	93
Contribuição Sureg	185	133
Encargos da administração financeira	73	61
Repasse Administradora de Cartões	27	31
Outras provisões operacionais	73	66
Outras despesas operacionais	159	129
Total	879	831

NOTA 21 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	139	-
Total	139	-

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	14.309	13.099
Capital principal - CP	14.309	13.099
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	5.445	4.753
Lucros acumulados	1.476	1.232
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	67	32
Total do capital qualificado	14.309	13.099
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	7.059	5.365
Índice sobre o PR considerando a RBAN	21,28%	25,63%
Situação para o limite de imobilização	298	343
Índice de imobilização (limite 50%)	2,08%	2,62%

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Danubio Edon Franco
Presidente
CPF: 064.897.100-72

Augusto Otávio Stern
Vice Presidente
CPF: 237.238.820-72

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72